

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO**

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Acerca do poder constituinte originário e do poder constituinte derivado, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual é a relação entre o poder constituinte originário e a supremacia da Constituição Federal de 1988?
 - 2 Os municípios possuem poder derivado decorrente, segundo a doutrina majoritária? Justifique.
-

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO 1 – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 2

Defina, de acordo com a doutrina, o instituto jurídico da posse e aponte as diferenças existentes entre posse e propriedade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO 1 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 3

À luz da legislação pertinente, discorra sobre o instituto do julgamento antecipado parcial de mérito e esclareça qual é o instrumento processual adequado para buscar a reversão desse tipo de decisão.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO**

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO 1 – REGISTROS PÚBLICOS

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado casal adquiriu, por meio de financiamento bancário, um apartamento, que foi dado em garantia fiduciária. Após a quitação, a instituição financeira expediu o documento de autorização para baixa da alienação fiduciária no registro de imóveis competente. O casal compareceu ao cartório de notas para solicitar o cancelamento da alienação fiduciária, apresentando todos os documentos pessoais e os do imóvel, incluído o termo de quitação.

Em face dessa situação hipotética, responda, com fundamento na legislação e nos princípios do direito registral e notarial, se a documentação apresentada é suficiente para que o tabelião lavre a escritura do apartamento.